

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de:

Ativo	2010	2009
Ativo Circulante	22.163.304	23.464.836
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.580.845	22.478.551
Bancos/caixa	501.484	304.148
Aplicações Financeiras	11.079.361	22.174.403
Outros Valores a Receber	10.582.459	986.285
Cientes	9.908.482	330.336
Adiantamento a Fornecedores	167.645	78.758
Impostos a Recuperar	45.743	43.453
Adiantamento de Férias	275.466	280.668
Outros Créditos	0	1.070
Titulos de Capitalização - BB	154.000	252.000
Despesas do Exercício Seguinte	31.123	0
Ativo Não Circulante	823.293	968.805
Realizável a Longo Prazo	132.380	162.000
Titulos de Capitalização	132.380	162.000
Imobilizado	615.688	723.797
Bens e Direitos em Uso	1.794.991	1.816.809
(-) Depreciações Acumuladas	(1.179.303)	(1.093.012)
Intangível	75.225	83.008
Sistemas Aplicativos – Software	386.183	359.634
(-) Amortizações Acumuladas	(310.958)	(276.626)
Total do Ativo	22.986.597	24.433.641

Passivo	2010	2009
Passivo Circulante	1.700.230	1.573.637
Encargos Sociais a Recolher	237.756	209.522
Encargos Tributários a Recolher	196.683	184.396
Fornecedores	380.873	271.378
Provisões para Férias e Encargos	884.618	908.341
Adiantamento de Terceiros	300	0
Patrimônio Social Líquido	21.286.367	22.860.004
Reservas	5.916.479	5.164.479
Reserva Técnica	5.916.479	5.164.479
Déficit/Superávit Acumulado	15.369.888	16.943.525
Déficit/Superávit do Exerc. Ant.	16.942.138	14.872.713
Déficit/Superávit do Exercício	(1.572.250)	2.116.812
Total do Passivo	22.986.597	24.433.641

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

	2010	2009
(+) Receita Bruta	29.411.317	25.594.230
Transferências da União	24.600.000	22.630.000
Serviços Prestados a Terceiros	4.803.234	2.936.887
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	8.083	27.343
(-) Deduções da Receita Bruta	(211.334)	(112.072)
ISS sobre Faturamento	(211.334)	(112.072)
(=) Receita Líquida	29.199.983	25.482.158
(-) Despesas Operacionais	(32.082.838)	(24.694.500)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.022.802)	(1.625.988)
Despesas com Pessoal e Encargos	(11.805.917)	(11.467.812)
Serviços de Terceiros	(8.977.381)	(6.291.591)
Aluguéis e Arrendamentos	(1.312.944)	(1.388.012)
Impostos e Taxas	(41.262)	(41.248)
Díarias	(1.363.637)	(1.350.770)
Passagens	(2.228.870)	(1.767.372)
Promoções e Eventos	(4.075.790)	(446.986)
Outras Despesas Operacionais	(22.010)	(20.059)
Depreciações e Amortizações	(232.225)	(294.662)
(=) Resultado Operacional Bruto	(2.882.855)	787.658
(+/-) Resultado Financeiro	1.310.606	1.329.154
Despesas Financeiras	(487.552)	(307.157)
Receitas Financeiras	1.798.158	1.636.311
Superávit/Déficit do Exercício	(1.572.249)	2.116.812

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Nota 1 – Contexto operacional – O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília/DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

Nota 2 – Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976, modificada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 e na NBC T 10.19 sobre entidades sem finalidade de lucros e nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2010.

Nota 3 – Principais Práticas e Diretrizes Contábeis – a) **Instrumentos financeiros:** O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado ou como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorrido. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento - Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. – Empréstimos e recebíveis – Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. b) **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. c) **Ativos intangíveis:** correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida do resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. d) **Provisões:** uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. e) **Apuração dos resultados:** O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com atendimento pleno da NBC T 10 19 do Conselho Federal de Contabilidade. f) **Receita operacional – Serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. g) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multa e juros bancários e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 – Caixa e equivalente de caixa. O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado:

	2010	2009
Caixa	1.000	
Bancos Conta Movimento	500.484	304.148
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	11.079.361	22.174.403
Total	11.580.845	22.478.551

Nota 5 – Aplicações Financeiras

	2010	2009
Investimentos circulantes Mantidos até o vencimento		
Titulos de Capitalização	154.000	252.000
Investimentos não circulantes Mantidos até o vencimento		
Titulos de Capitalização	132.380	162.000
Total	286.380	414.000

A manutenção de aplicações em Titulos de Capitalização deve-se a necessidade de amparo à parte da garantia da fiança de aluguel da sede da Entidade.

Nota 6 – Clientes. Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos

junto às instituições com as quais a Entidade firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal já foi emitido:

Clientes	2010	2009
Ministério da Cultura	0	316.350
ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas	118.482	0
Embaixada Britânica – Mudanças Climáticas		13.986
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia	2.350.000	0
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	7.440.000	0
Total	9.908.482	330.336

Nota 7 – Adiantamento de férias. O CGEE tem por política conceder férias coletivas a seus funcionários no início de cada exercício financeiro (janeiro/2011). Em virtude dessa política, foi registrado montante de R\$ 275.465 no ativo circulante, relativo a adiantamento de férias pagos aos colaboradores.

Nota 8 – Imobilizado e Intangível. Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impairment). O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	Exercício 2010	Exercício 2009
Imobilizado			
Equipamentos de Informática	20%	1.201.108	1.239.361
Instalações	10%	13.008	13.008
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	42.941	41.456
Móveis e Utensílios	10%	420.547	406.057
Equipamentos de Audio Visual	20%	117.387	116.927
(-) Depreciações	-	(1.179.303)	(1.093.012)
Subtotal do Imobilizado	-	615.688	723.797
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Softwares	20%	386.183	359.634
(-) Amortizações	-	(310.958)	(276.626)
Subtotal do Intangível	-	75.225	83.008
Total do Imobilizado e Intangível	-	690.913	806.805

Nota 9 – Fornecedores. Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2010	2009
Stalivieri e Gusmão Tecnologia Ambiental Ltda	10.000	0
FUNCAMP – Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	159.000	0
CENERGEL – Consultoria em Sistemas Energéticos Ltda	25.000	0
Fundação José Arthur Boiteux	50.000	0
AGM – Miranda Turismo e Representações	74.864	58.654
SPR – Consultoria em Gestão e Inovação Empresarial	0	16.000
Fundação Carlos Alberto Vanzolini	0	26.250
Fundação Padre Leonel Franca	0	50.750
Avisa Serviços Técnicos em Vigilância Sanitária, Tecnologia e...	24.000	24.000
IEILA – Escritório Regional do International Energy Initiative	0	25.000
Hytron Indústria, Comércio e Assessoria Tecnológica em Energia...	0	19.500
AEI – Assessoria em Economia e Informação Ltda	0	22.500
Silvana de Fátima Neitzek - ME	10.000	0
Outros Fornecedores	28.009	28.724
Totais	380.873	271.378

Nota 10 – Patrimônio Social Líquido. O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. De acordo com o item III da cláusula terceira do Primeiro Aditivo ao novo Contrato de Gestão celebrado entre a união e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 5.916.479, neste exercício.

Nota 11 – Receitas. O CGEE obteve no exercício de 2010 uma receita de R\$ 31.209.474 (R\$ 27.230.541 – 2009), sendo R\$ 24.600.000 (R\$ 22.630.000 – 2009) relativos a fomento vinculado ao Contrato de Gestão, com a seguinte configuração conforme os registros contábeis: R\$ 14.810.000 recebidos no exercício e R\$ 9.790.000 escriturado no ativo circulante, R\$ 4.803.234 (R\$ 2.936.887 – incluído ISS R\$ 112.072-2009) de contratos administrativos – quadro a seguir, e R\$ 1.806.240 (R\$ 1.663.653-2009) advindos de rendimentos de aplicação financeira, descontos obtidos, recuperação de despesas, cancelamento de contratos e variação monetária ativa.

Quadro de receitas de contratos administrativos

Contratantes	2010	2009
Ministério do Desenvolvimento Ind e Com. Exterior – MDIC	81.600	116.280
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-ABDI	683.047	1.495.553
Embaixada Britânica-Mudanças Climáticas	0	99.078
Embaixada Britânica-Eficiência Energética	406.232	279.968
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	720.887	475.000
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	0	316.400
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – SAE/PR	0	42.536
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica-ABPTI	238.482	0
International Development Research Centre – IDRC	170.332	0
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE	157.020	0
Secretaria de Assuntos Estratégicos da PR – SAE/PR	2.345.634	0
Total	4.803.234	2.824.815

Nota 12 – Despesas – A execução da despesa no exercício, visando cumprir seus objetivos o CGEE aplicou de R\$ 32.570.390 (R\$ 25.001.656 – 2009), sendo R\$ 27.964.067 (R\$ 22.147.707 – 2009) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 4.606.323 (R\$ 2.853.949 – 2009) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos. Destaca-se a elevação da despesa no item Promoções e Eventos por estar diretamente vinculado à realização da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (R\$ 3.179.534) e a II ICID+18 Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (R\$ 301.573).

Nota 13 – Outras Informações. a) O CGEE obteve no exercício de 2010 uma receita financeira de R\$ 1.806.240, conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.661.261	66.352
Descontos obtidos	70.175	0
Recuperação de Despesas	8.083	0
Variações monetárias ativas	369	0
Total	1.739.888	66.352
Total Geral	1.806.240	

b) Seguros – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.

Brasília, 31 de dezembro de 2010

Avelino José de Magalhães
Assessor Financeiro e Contábil do CGEE/OS
CRC-DF 000 656/O-8
CPF 000.068.151-20

Lúcia Carvalho Pinto de Melo
Presidente da CGEE/OS
CPF 148.545.544-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas Demonstrações do resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis. A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio social líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de fevereiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2010

Baker Tilly Brasil – MG Auditores Independentes
CRC-MG 005455/O-1 “S” DF

Gilberto Galinkin
Contador CRC-MG 35718/O-9 “S” DF

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC-DF 013421/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. As dezoito horas do dia dezoito (18) do mês de fevereiro de dois mil e onze (2011), na sede do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, realizou-se a vigésima segunda (22ª) reunião ordinária do Conselho Fiscal do CGEE que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010

Tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pelo Assessor Financeiro e Contábil, os Membros do Conselho Fiscal são de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, bem como os resultados apurados, as mutações do seu patrimônio social e as origens e aplicações de seus recursos em 2010.

O Conselho Fiscal considera que a referida documentação encontra-se em condições de ser encaminhada para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011

Ary Braga Pacheco
Presidente

Derblay Galvão
Conselheiro

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

Criado em 2001 e qualificado como Organização Social em 2002, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE atua, sob a supervisão do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, na área de Ciência, Tecnologia e Inovação no que concerne à elaboração de estudos, planejamentos, avaliações estratégicas e difusão de informação, com o objetivo de apoiar os processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas públicas no campo de CT&I. Adicionalmente, o Centro subsidia a tomada de decisão e promove a interlocução, articulação e interação entre os atores de C&T e o setor produtivo. O CGEE norteia a sua agenda de trabalho tanto no que se refere às ações pactuadas em Contrato de Gestão firmado com o MCT como por meio daquelas negociadas em contratos administrativos firmados com entidades públicas e privadas que atuam no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCT&I. Nesse sentido, o Centro mobiliza o melhor conjunto de especialistas do País e do exterior para a condução dos seus estudos, organizados de acordo as seguintes Linhas de Ação: (a) Estudos, Análises e Avaliações; (b) Articulação; (c) Apoio à Gestão Estratégica do SNCT